

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário Popular

Class.: 226

Data: 17 de agosto de 1987

Pg.: _____

Índios: Governo promete examinar todas denúncias

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, afirmou ontem que o Governo irá examinar todas as denúncias produzidas pela imprensa, associando a proposta de emenda popular à Constituinte, assinadas por 47 mil austríacos, com a ação desenvolvida pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em favor da não exploração, pela União, das riquezas minerais em solos indígenas.

"Eu não me recordo de outra massa de denúncia tão pesada, tão séria e merecedora da maior análise do que essa que acaba de ser feita pelo jornal "O Estado de S. Paulo", afirmou o ministro da Justiça, acrescentando que o fato em si, de 47 mil estrangeiros tentarem influenciar na ordem constitucional brasileira "é, dessas coisas que clamam aos céus".

DESCONHECIMENTO

O ministro Paulo Brossard acredita que as assinaturas foram colhidas por "organizações estrangeiras", com interesses que ainda desconhece. "É claro que esses austríacos que estavam assinando uma folha de papel dificilmente estariam sabendo o que estavam assinando. Alguém pode ter dito que aquilo era para preservar os índios brasileiros que estariam sendo queimados vivos pelas autoridades. Qualquer pessoa, até



Brossard diz que nunca viu volume de denúncias tão pesado

por sentimentos de humanidade assinar esse papel", afirmou.

Ele disse que não vê nenhum nexos, lógica ou sentido na proposta popular dos austríacos. "Garanto que a maioria não fala uma palavra da língua portuguesa nem nunca puseram os pés no território brasileiro e se apresentam como se fossem cidadãos. Isto é um fato sem precedentes", disse o ministro Paulo Brossard.

O documento entregue pelos austríacos no dia 20 de julho, ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) começa com os seguintes termos: "Temos co-

nhecimento das brutalidades e agressões que os povos indígenas sofrem no Brasil". O documento considera a questão da mineração em áreas indígenas "o ponto mais candente" e, por isso, se constitui na principal razão para a existência do abaixo assinado.

A emenda popular pede aos constituintes "o reconhecimento do direito territorial dos índios como os primeiros moradores do Brasil, demarcação e garantia de suas terras; o direito exclusivo dos índios à exploração do solo e sub-solo de suas terras e o reconhecimento e respeito à organização social e cultural dos índios".